

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E INVESTIGAÇÕES DO SOLO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP

INTRODUÇÃO

Destina o presente estudo essencialmente para assegurar a viabilidade técnica e econômica para a contratação de empresa para a execução de ensaios de caracterização e investigações do solo para os Municípios que compõem a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP.

NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A **AMESP – Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí**, com fundamento em diligências técnicas realizadas junto aos Municípios consorciados, bem como na análise de contratações pretéritas, constatou a recorrente e contínua necessidade de execução de ensaios geotécnicos de caracterização e de investigações do subsolo, os quais se revelam imprescindíveis à adequada concepção, elaboração e desenvolvimento de projetos de engenharia.

A partir do levantamento das demandas originárias, procedeu-se à consolidação de relação contendo as especificações técnicas e os quantitativos estimados dos ensaios a serem executados, com vistas à obtenção de dados confiáveis e precisos acerca das condições geotécnicas dos terrenos. Tais serviços compreendem, dentre outros, o reconhecimento e a caracterização do perfil geológico-geotécnico do solo, a identificação e classificação das camadas constituintes, a determinação do nível do lençol freático, bem como a aferição da capacidade de carga e dos parâmetros de resistência do solo em diferentes profundidades.

Ressalte-se que os mencionados ensaios constituem etapa técnica indispensável à elaboração de cálculos estruturais de edificações, notadamente no que concerne ao dimensionamento de fundações e à definição do sítio mais adequado para a implantação das obras. Ademais, mostram-se igualmente essenciais à elaboração de projetos de infraestrutura viária, especialmente no âmbito de pavimentação, porquanto subsidiam a seleção das soluções técnicas mais adequadas, tais como a definição de subleito, camadas de base e

sub-base, tipologia do pavimento, bem como, conforme as condições do solo, a adoção de sistemas de drenagem profunda.

Diante desse contexto, e considerando a natureza contínua e a demanda reiterada por tais serviços, aliadas ao dever do CONSÓRCIO AMESP de promover soluções padronizadas, eficientes e economicamente vantajosas para o atendimento dos entes consorciados, concluiu-se pela adoção de procedimento licitatório sob a sistemática de Sistema de Registro de Preços, por se revelar a alternativa mais adequada ao interesse público, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e atendimento tempestivo das demandas de engenharia.

REQUISITOS LEGAIS E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

O presente processo de contratação deverá observar, de forma integral e rigorosa, os princípios e normas consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil, em especial aqueles previstos no art. 37, caput, bem como as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), com ênfase nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, segregação de funções, motivação e julgamento objetivo.

Deverão ser observadas, ainda, as normas específicas aplicáveis à modalidade Pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, bem como as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, no que tange ao tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, além de toda a legislação infraconstitucional e regulamentar correlata pertinente à matéria.

A contratação será realizada mediante a adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza continuada, reiterada e de demanda incerta do objeto, bem como a necessidade de contratações futuras, eventuais e parceladas, conforme as necessidades dos Municípios consorciados, em estrita observância aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento das contratações públicas.

No que se refere à definição dos quantitativos e das condições de execução, o levantamento das necessidades foi realizado com base em Estudos Técnicos Preliminares, mediante diálogos institucionais com os entes consorciados e análise de contratações anteriores de objeto similar, permitindo aferir que o prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço, mostra-se adequado, razoável e suficiente para o adimplemento das obrigações contratuais. Tal definição visa, ainda, assegurar a ampliação

da competitividade do certame, nos termos do art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, possibilitando a participação de um maior número de fornecedores aptos a executar, com eficiência e qualidade, os serviços de ensaios de caracterização e investigações geotécnicas.

No tocante à execução do objeto, deverão ser rigorosamente observadas todas as normas técnicas e regulamentares aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, incluindo, mas não se limitando, às NBR 8036/1983, NBR 6502/1995 e NBR 13441/1995, bem como demais normas técnicas pertinentes, inclusive aquelas que vierem a substituí-las ou atualizá-las. Na hipótese de coexistência de metodologias de ensaio tecnicamente admitidas, a definição da metodologia a ser empregada caberá à fiscalização do ente contratante, que deverá fundamentar sua decisão em critérios técnicos, na adequação ao objeto e na supremacia do interesse público.

A contratada deverá, ademais, empregar equipamentos modernos, devidamente calibrados e em perfeitas condições de funcionamento, bem como adotar procedimentos operacionais que assegurem a qualidade, a eficiência, a segurança e a conformidade dos serviços prestados, observando, de forma estrita, as normas técnicas aplicáveis e a legislação pertinente à saúde e segurança do trabalho.

A vigência inicial do contrato será de 01 (um) ano, admitida a sua prorrogação sucessiva, desde que devidamente demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública e o fiel cumprimento das obrigações contratuais, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, observados os limites legais.

Por fim, ressalta-se que o presente procedimento deverá observar, igualmente, as disposições da Lei nº 11.107/2005, no que concerne à atuação dos consórcios públicos, especialmente no tocante à gestão associada de serviços públicos e à realização de contratações compartilhadas, assegurando-se a legalidade, eficiência, economicidade e a otimização dos recursos públicos em benefício dos entes consorciados.

ENQUADRAMENTO DO OBJETO

O objeto da presente contratação caracteriza-se como bem/serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, por apresentar padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, permitindo sua comparação direta entre os diversos fornecedores disponíveis no mercado.

Trata-se de objeto amplamente ofertado por múltiplos agentes econômicos, não demandando soluções técnicas exclusivas, inovadoras ou de elevada complexidade, o que afasta a necessidade de especificações excessivamente minuciosas ou de natureza singular,

viabilizando, assim, o julgamento das propostas com base em critérios objetivos.

Nesse sentido, a caracterização do objeto como comum encontra respaldo na jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União – TCU, que admite a utilização da modalidade Pregão para contratações cujos padrões de qualidade e desempenho sejam usuais no mercado e passíveis de definição objetiva no edital.

Diante do exposto, revela-se juridicamente adequada a adoção da modalidade Pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e competitividade, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

DO QUANTITATIVO LICITADO

Os quantitativos constantes da planilha orçamentária foram definidos com base em Estudos Técnicos Preliminares devidamente formalizados, elaborados a partir da análise de contratações anteriores regularmente publicadas, bem como de consultas a processos licitatórios congêneres, com vistas a assegurar a aderência aos parâmetros praticados pela Administração Pública e a observância das diretrizes de planejamento das contratações, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Adicionalmente, foram consideradas projeções de variação da demanda futura, levando-se em conta o histórico de consumo dos Municípios consorciados, eventuais fatores de sazonalidade, a oscilação quantitativa dos serviços ao longo do tempo, bem como a possibilidade de ingresso de novos entes ao consórcio, em estrita observância ao princípio do planejamento e à necessidade de adequada estimativa das contratações públicas.

Ressalta-se, ainda, que a estimativa dos quantitativos encontra-se devidamente compatibilizada com o planejamento orçamentário e financeiro dos entes consorciados, conforme análise das respectivas Leis Orçamentárias Anuais, em consonância com os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de modo a assegurar a existência de prévia dotação orçamentária suficiente, a compatibilidade com as metas fiscais e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Dessa forma, a metodologia adotada para a definição dos quantitativos revela-se tecnicamente adequada e juridicamente fundamentada, atendendo aos princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade e responsabilidade fiscal, conferindo maior segurança jurídica, previsibilidade e fidedignidade às estimativas da contratação, em conformidade com o regime jurídico estabelecido pela Lei nº 14.133/2021.

DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor global estimado para a presente contratação é de **R\$ 6.815.540,40 (seis milhões, oitocentos e quinze mil e quinhentos e quarenta reais e quarenta centavos)**, apurado com base em critérios técnicos devidamente fundamentados e em estrita conformidade com as diretrizes estabelecidas no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a formação do preço estimado nas contratações públicas.

Para a elaboração do orçamento estimativo, foram adotados parâmetros oficiais de referência, notadamente as tabelas da SUDECAP e SETOP, conforme referência **JAN/2026**, reconhecidas como fonte idônea, atualizada e amplamente utilizada pela Administração Pública para a precificação de serviços de engenharia, garantindo maior confiabilidade e uniformidade na composição dos custos.

A metodologia empregada tem por finalidade assegurar a compatibilidade dos preços estimados com aqueles efetivamente praticados no mercado, mediante a utilização de referenciais técnicos consolidados, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade da contratação. Tal abordagem confere maior fidedignidade, transparência e segurança jurídica ao valor estimado do certame, reduzindo riscos de sobrepreço ou inexecução e promovendo a adequada gestão dos recursos públicos.

JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO DO OBJETO

O objeto foi reunido em LOTE ÚNICO por se tratar de uma solução composta, ou seja, não há como funcionar sem estar integrados os diversos serviços, pelas características de soluções desta natureza, conforme dispõe o art. 40, inciso V, “b”, combinado, com o § 3º, inciso I, da NLL, *in verbis*:

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

Dada a peculiaridade dos serviços, seu desmembramento em vários itens, geraria, além de dificuldades na gestão contratual, maior preço e ainda, o risco de um item ou mais restarem fracassados, o que inviabilizaria a implementação da solução. Se cada item do grupo for considerado e precificado separadamente, o seu valor de fornecimento aumentará sensivelmente, elevando o valor estimado da contratação. Assim, considerando-se a inviabilidade técnica e econômica para o parcelamento da solução em sua amplitude da presente contratação, bem como consideradas as suas respectivas peculiaridades,

interdependência e natureza acessória entre os itens que compõem a solução, a contratação pretendida deverá ser realizada de forma global.

NECESSIDADE TÉCNICA PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

Após realização deste estudo verificou-se que não há necessidade de contratação de terceiros para auxiliar os responsáveis pela fiscalização e gestão do futuro contrato, bem como não há necessidade de formação profissional específica deles, porém ressalta-se que no momento da designação, é importante verificar se os atores possuem conhecimento técnico compatível e suficiente para atestar o cumprimento das exigências estabelecidas. Ressalta-se também que durante a execução dos ensaios de caracterização e investigação do solo, serão acompanhados e fiscalizados por servidores devidamente designados pelo Departamento de Obras de cada Município.

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Por intermédio desta contratação será possível realizar os ensaios de caracterização e investigação do solo, de forma ágil e com melhores condições, em cumprimento ao princípio da eficiência administrativa, proporcionando obras de engenharia com melhores qualidades e soluções técnicas para os Municípios Consorciados.

MATRIZ DE RISCOS

Risco 01: Licitação Deserta

Probabilidade: Baixa;

Impacto: Alto;

Ação Preventiva: Planejamento considerando as atuais necessidades;

Risco 02: Contratada com Profissionais desqualificados

Probabilidade: Baixa;

Impacto: Alto;

Ação Preventiva: Constar no Edital a análise dos requisitos imprescindíveis à contratação;

Ação de Contingência: Exigir comprovações e solicitar que a Contratada tome as providências cabíveis caso seja necessário;

Risco 03: Não conformidade do Projeto Executivo com as Normas vigentes

Probabilidade: Média;

Impacto: Alto;

Ação Preventiva: Fiscalização dos projetos com as normas vigentes;

Ação de Contingência: Solicitar que a Contratada refaça o Projeto;

Risco 04: Atrasos na Entrega e correções de Projeto

Probabilidade: Média;

Impacto: Alto;

Ação Preventiva: Notificar a empresa para que ela cumpra o prazo estabelecido;

Ação de Contingência: Aplicar sanção do Contrato.

DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Os estudos técnicos preliminares realizados, aliados às consultas efetuadas junto ao mercado especializado, evidenciam que a execução de ensaios de caracterização e investigação geotécnica do solo constitui medida indispensável para o adequado desenvolvimento de projetos de engenharia, notadamente no que se refere à definição de soluções técnicas seguras, eficientes e economicamente viáveis.

Referidos serviços são essenciais para subsidiar a tomada de decisões técnicas, mitigar riscos inerentes às obras públicas e assegurar a conformidade dos empreendimentos com as normas técnicas aplicáveis, contribuindo, assim, para a adequada execução de obras e serviços de engenharia no âmbito dos Municípios consorciados.

Ademais, a contratação pretendida revela-se necessária para o atendimento tempestivo e contínuo das demandas dos entes consorciados, promovendo maior eficiência administrativa, padronização dos procedimentos e ganho de escala, em consonância com os princípios do planejamento, da economicidade e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade técnica, operacional e econômica da contratação, recomendando-se a instauração do competente procedimento licitatório, a ser conduzido no âmbito do Consórcio AMESP, com vistas à contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução de ensaios de caracterização e investigação do solo, em atendimento às necessidades dos Municípios consorciados.

Pouso Alegre/MG, aos 28 de abril de 2026.

Moacir Franco

Diretor Executivo AMESP